

**RR 34800-89.2009.5.23.0061 – Publicação: DEJT 30.11.2012**

Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Recorrido: LUIZ HENRIQUE NASCIMENTO JÚNIOR

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do Recurso de Revista, por violação dos arts. 518, § 1.º, do CPC e 5.º, LIV e LV, da Constituição Federal e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando a decisão regional, afastar o óbice ao conhecimento do Recurso Ordinário e determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região, a fim de que prossiga no julgamento do Apelo, como entender de direito.

**RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. ART. 518, § 1.º, DO CPC. ANALOGIA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST.** O óbice a seguimento de recursos previstos nos arts. 518, § 1.º e 557, *caput*, do CPC, além do próprio art. 896, § 5.º da CLT, tem por finalidade conferir efetividade aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo, conforme previsão da Constituição Federal. Todavia, a aplicação dessas normas enseja ponderação de outros princípios constitucionais não menos importantes assegurados às partes, em especial, os concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, os quais não podem ser vulnerados. Nesses termos, **o emprego do art. 518, § 1.º, do CPC em relação à Orientação Jurisprudencial desta Casa configura interpretação extensiva de norma restritiva de direito, em afronta aos artigos 5.º, LIV e LV, da Constituição Federal.** Recurso de Revista conhecido e provido.